

5.2.2 Os grupos deverão ser formados por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) alunos, que não precisam ser da mesma modalidade de ensino, e nem da mesma turma, desde que estejam matriculados, no ano de 2025, na mesma unidade de ensino, da SEEDUC.

5.2.3 Os arquivos de vídeos deverão ter o formato .MP4/.AVI/.MOV, em resolução 1920x1080 (horizontal) e com tempo de duração entre 1 (um) a 3 (três) minutos, e deverão obedecer a temática estabelecida no item nº 3.2 deste regulamento, de forma clara, pertinente e criativa.

5.2.4 Somente serão admitidos vídeos em que seja identificável o rosto das pessoas filmadas, se houver consentimento prévio a autorizar a divulgação da sua imagem. No caso de menores, tal consentimento deve ser obtido junto ao respectivo responsável ou representante legal.

5.2.5 O julgamento avaliará a pertinência temática, a criatividade, e o uso da tecnologia.

5.2.6 O conteúdo dos vídeos deverá ser obrigatoriamente inédito e original. Entende-se por inédita a obra não editada e não publicada (parcialmente ou em sua totalidade) em qualquer meio de comunicação e/ou inteligência artificial. Entende-se por original a obra que é primitiva, que não foi copiada ou imitada;

5.3 DA CATEGORIA ESCOLAS

5.3.1 As escolas inseridas no sistema público estadual de ensino, da SEEDUC, deverão apresentar ações ou projetos sob a temática da Educação Fiscal na comunidade escolar, seguindo os seguintes requisitos:

a - Os projetos e/ou ações apresentados pelas escolas deverão estar em desenvolvimento no ano de 2025 ou terem sido implementados durante o ano de 2024;

b - Os projetos deverão abranger, sob pena de desclassificação, conceitos tributários básicos, a função social dos tributos, o combate à sonegação e à corrupção fiscal, a importância do cumprimento das obrigações tributárias, o uso da nota fiscal, o acompanhamento das contas públicas, a transparência e a qualidade dos gastos públicos, ou a preservação do patrimônio público;

c - Os projetos e/ou ações apresentados pelas escolas deverão conter, sob pena de desclassificação, justificativa, objetivos gerais, cronograma, indicadores, e relatórios de acompanhamento;

d - Os projetos e/ou ações inscritos deverão ser inovadores e criativos, possuir pertinência com a temática da Educação Fiscal, e, preferencialmente, envolver toda a comunidade escolar.

e - Os projetos deverão ser obrigatoriamente inéditos e originais. Entende-se por inédita a obra não editada e não publicada (parcialmente ou em sua totalidade) em qualquer meio de comunicação e/ou inteligência artificial. Entende-se por original a obra que é primitiva, que não foi copiada ou imitada.

6 - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS

6.1 DAS CATEGORIAS DESTINADAS AOS ALUNOS DE ENSINO MÉDIO E SUAS MODALIDADES, DE ENSINO FUNDAMENTAL, DO EJA E DA SOCIOEDUCAÇÃO

6.1.1 Os trabalhos das categorias de 1 a 4, destinadas aos alunos (Categorias Alunos do Ensino Médio e suas modalidades; Categoria Alunos do Ensino Fundamental; Categoria Alunos do EJA - Ensinos Fundamental, Médio e suas modalidades; e Categoria Alunos da Socioeducação) selecionados pelas Diretorias Regionais, serão submetidos e avaliados pelas Comissões Técnica e Julgadora, observados os seguintes critérios, e observada a pontuação de até 100 (cem) pontos, conforme descrito abaixo:

I - tema - neste quesito serão avaliadas a contextualização adequada dos conceitos de educação fiscal e da temática proposta (40 pontos); II - conjunto do trabalho - neste quesito serão avaliadas a qualidade técnica da redação, abordagem, pertinência temática, número de linhas, estrutura do texto e adequação ao tema proposto (30 pontos); III - originalidade e criatividade - neste quesito serão avaliadas a originalidade e criatividade no desenvolvimento do texto inscrito, além do entendimento pelo autor dos conceitos da Educação Fiscal (30 pontos).

6.2 DA CATEGORIA DESTINADA AOS ALUNOS EM GRUPO

6.2.1 Os trabalhos da categoria Alunos em Grupo, composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) alunos, matriculados na rede estadual de ensino da SEEDUC e selecionados pelas Diretorias Regionais, serão submetidos à avaliação das Comissões Técnica e Julgadora. A avaliação seguirá os critérios estabelecidos, com uma pontuação máxima 100 (cem) pontos, conforme descrito a seguir:

I - Pertinência e atingimento ao tema proposto - serão avaliados a contextualização adequada da temática proposta, além da abordagem e pertinência dos conceitos de educação fiscal (40 pontos); II - Originalidade e criatividade - serão avaliadas a originalidade e a criatividade no desenvolvimento e elaboração do vídeo inscrito, além da associação e entendimento do autor aos conceitos da Educação Fiscal (30 pontos); III - Qualidade artística e estética - serão avaliadas a qualidade técnica do vídeo, tal como a qualidade artística e estética apresentada. Além da qualidade da imagem e áudio. (30 pontos).

6.3 DA CATEGORIA DESTINADA ÀS ESCOLAS

6.3.1 Os projetos classificados pelas Diretorias Regionais, serão submetidos à Comissão Técnica que fará a análise dos projetos sendo facultada a realização de pesquisa de satisfação junto à comunidade onde se localiza a ação, para fins de complementação da avaliação. 6.3.2 Os projetos da categoria Escolas, classificados pelas Diretorias Regionais, serão avaliados pela Comissão Técnica e pela Comissão Julgadora, observada a pontuação de até 100 (cem) pontos, distribuídos igualmente na proporção de 20%, conforme os seguintes quesitos:

I - inovação e criatividade - serão avaliados o descritivo do projeto sendo considerados: a justificativa do projeto, a descrição do objetivo geral e dos objetivos específicos e o caráter de criatividade e inovação, bem como o estímulo à conscientização do valor social do tributo e do controle do gasto público;

II - sustentabilidade - serão avaliados a pertinência temática do projeto, cronograma, indicadores de acompanhamento da execução e de resultados e sua periodicidade;

III - divulgação - será analisado o material didático, considerando todo aquele destinado ao apoio pedagógico da iniciativa, tais como cartilhas, panfletos, vídeos, impressos ou confeccionados pelos próprios alunos e/ou participantes do projeto;

IV - relatórios de acompanhamento do projeto - será analisada a existência de relatórios de acompanhamento da execução, de pesquisa de satisfação e de atingimento das metas;

V - beneficiários diretos do projeto - serão avaliados os beneficiários diretos atingidos pelo projeto, bem como os demais gestores e responsáveis envolvidos.

6.4 DA CLASSIFICAÇÃO DOS TRABALHOS

6.4.1 A Comissão Técnica procederá à avaliação dos trabalhos inscritos e verificará se eles estão de acordo com as regras definidas por este Regulamento, submetendo-os à Comissão Julgadora que definirá os melhores dentro de cada categoria.

6.4.2 A Comissão Julgadora classificará os 10 (dez) melhores trabalhos de cada categoria, que formarão a lista de finalistas e definirá quais trabalhos serão premiados em cada categoria:

I - A Comissão Julgadora selecionará os 5 (cinco) melhores trabalhos de redação em cada categoria individual de alunos, os 3 (três) melhores trabalhos em vídeo da categoria de alunos em grupo, e os 3 (três) melhores projetos da Categoria Escolas, de acordo com a pontuação definida neste Regulamento Estes trabalhos serão premiados conforme descrito no item nº 9.

6.4.3 Em caso de empate, os trabalhos serão desempatados com base na maior pontuação obtida nos primeiros critérios de avaliação, conforme os itens 6.1.1, 6.2.1 e 6.3.2. Se o empate persistir, serão considerados os segundos critérios de avaliação, e assim por diante, até que o desempate seja alcançado.

7 - DA SELEÇÃO DOS TRABALHOS

7.1 A seleção dos trabalhos se dará da seguinte forma:

7.1.1 Caberá a cada unidade escolar selecionar até 10 (dez) redações, e até 10 (dez) vídeos de cada categoria de alunos e, ato contínuo, realizar a inscrição dos alunos autores dos respectivos trabalhos;

7.1.2 Os trabalhos selecionados e inscritos pelas unidades escolares serão encaminhados à Diretoria Regional correspondente, pela organização do Prêmio (SEFAZ/SEEDUC), para nova etapa de seleção.

7.1.3 Caberá a cada Diretoria Regional selecionar as 5 (cinco) melhores redações, e os 5 (cinco) melhores vídeos, de cada categoria, submetidas pelas unidades escolares, que cumpram as regras determinadas neste regulamento, que formarão a lista de trabalhos classificados e que serão analisados pelas Comissões Técnica e Julgadora.

7.1.4 Caberá, ainda, a cada Diretoria Regional selecionar os 5 (cinco) melhores projetos inscritos na categoria Escolas, que cumpram as regras determinadas por este Regulamento, e que constará na lista de trabalhos classificados a serem analisados pelas Comissões Técnica e Julgadora.

7.1.5 A Comissão Julgadora, com o apoio da Comissão Técnica, selecionará os 10 (dez) melhores trabalhos finalistas de cada categoria, e indicará os que deverão ser premiados.

7.1.6 Não caberá recurso quanto às decisões das seleções dos trabalhos, tampouco da lista de finalistas e premiados.

8 - DAS COMISSÕES

8.1 DA COMISSÃO TÉCNICA:

8.1.1 A Comissão Técnica será constituída por representantes da SEFAZ-RJ, SEEDUC, TCE-RJ e do Instituto de Direito Coletivo - IDC, instituições que compõem o GEFE-RJ, e que atuarão unicamente em regime de "trabalho voluntário".

8.1.2 Caberá à Comissão Técnica avaliar, em caráter preliminar e subsidiário, os projetos inscritos em todas as categorias de Alunos e Escolas, selecionados pelas Diretorias Regionais, observados os critérios e etapas definidos no Regulamento.

8.1.3 Caberá, ainda, à Comissão Técnica, a função de prestar assessoramento técnico à Comissão Julgadora.

8.2 DA COMISSÃO JULGADORA:

8.2.1 A Comissão Julgadora será integrada por: representante da SEFAZ-RJ, representante da SEEDUC-RJ, representante da Receita Federal, representante da Controladoria Geral da União - CGU, representante da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, representante da Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro - CGE, representante do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE-RJ, representante do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro - TCMRJ, , e representante do IDC, instituições que compõem o GEFE-RJ, e que atuarão unicamente em regime de "trabalho voluntário".

8.2.2 A Comissão Julgadora deverá ser constituída por pelo menos 01 (um) representante de cada entidade acima elencada, respeitando o mínimo de 05 (cinco) participantes de entidades diferentes.

8.2.3 Caberá à Comissão Julgadora, observadas as normas estabelecidas no Regulamento, o julgamento dos projetos finalistas.

9 - DA PREMIAÇÃO

9.1 A edição de 2025 do Prêmio Estadual de Educação Fiscal premiará os 5 (cinco) melhores trabalhos apresentados pelos alunos, em cada categoria individual, assim como, os 3 (três) melhores vídeos da categoria Alunos em Grupo, e os 3 (três) melhores projetos da Categoria Escolas, conforme descrito abaixo:

9.1.1 As categorias alunos do ensino médio e suas modalidades, alunos do ensino fundamental, alunos do EJA - Ensinos Fundamental, Médio e suas modalidades, Alunos da Socioeducação e Alunos em Grupo (grupos de 3 a 5 alunos) totalizando 35 (trinta e cinco) alunos serão premiados com um Notebook para cada aluno.

9.1.2 As 3 (três) unidades escolares mais bem colocadas na categoria escolas serão premiadas com uma copiadora.

9.1.4 Os professores e/ou coordenadores pedagógicos indicados como orientadores dos alunos que vierem a ser premiados, assim como os responsáveis/representantes dos projetos das escolas premiadas, serão premiados com 1 (um) tablet, limitado a 1 (um) prêmio por professor e/ou coordenador pedagógico que atuem como orientadores e/ou responsáveis/representantes.

9.1.5 Os prêmios concedidos aos alunos da categoria Socioeducação deverão ser, preferencialmente, destinados à respectiva família, salvo impedimento expresso da Diretoria Regional de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas (DIESP).

9.1.6 Os familiares que forem designados responsáveis pelos prêmios dos alunos da Diretoria Regional de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas (DIESP) deverão, obrigatoriamente, assinar um recibo, comprovando o recebimento e assumindo a responsabilidade pelo item.

9.2 Os 10 (dez) finalistas de cada categoria a serem premiados serão divulgados antes da cerimônia de premiação, pela Secretaria de Fazenda.

9.2.1 A presença de todos os 10 (dez) alunos finalistas, independentemente da categoria em que estejam inscritos, deverá ocorrer, preferencialmente, no formato presencial no dia da cerimônia de premiação.

9.3 Todos os participantes inscritos, tanto das categorias de alunos, quanto da categoria escolas, serão agraciados com o Certificado de Reconhecimento, de forma digital, a ser enviado para o e-mail que foi indicado no ato da inscrição.

9.4 As unidades escolares que venham a ser premiadas na categoria escolas, assim como as que venham a ter alunos premiados, serão reconhecidas como Escolas Premiadas - Prêmio Estadual de Educação Fiscal - edição 2025.

9.5 As 5 (cinco) melhores iniciativas, em cada categoria individual de alunos, serão contempladas com os prêmios definidos neste Regulamento, sem distinção entre elas, conforme deliberado pela Comissão Julgadora.

9.6 Os integrantes dos 3 (três) grupos que apresentarem os melhores vídeos, na categoria Alunos em Grupo, serão contemplados com os prêmios definidos neste Regulamento, sem distinção entre os grupos, conforme deliberado pela Comissão Julgadora.

9.7 Na Categoria Escolas, as 3 (três) melhores iniciativas serão contempladas, sem distinção entre elas.

9.8 Todos os ganhadores, em todas as categorias, deverão, obrigatoriamente, assinar um recibo que comprove o recebimento do item e a assunção de responsabilidade sobre o mesmo.

10 - DOS RESULTADOS

10.1 Os projetos premiados e os resultados mensurados serão formalizados em documentos próprios pela Secretaria de Estado de Fazenda e serão publicados no endereço eletrônico da Escola Fazendária do Estado do Rio de Janeiro: www.portal.fazenda.rj.gov.br/efaz e nos sites das instituições parceiras do GEFE-RJ, assim como da Secretaria de Estado de Fazenda, e da Secretaria de Estado de Educação.

11 - DA DIVULGAÇÃO

11.1 Os participantes deverão conceder à Secretaria de Estado de Fazenda e ao GEFE-RJ, sem exclusividade, em caráter não oneroso e por prazo indeterminado, o direito de divulgação dos projetos inscritos, que serão publicados no Banco de Projetos do GEFE-RJ.

11.2 A cessão de direitos de que trata o item anterior abrange o direito de veiculação na mídia impressa, televisiva, em emissoras de rádio, sites na internet, congressos, seminários, cursos, e outros meios de comunicação social, inclusive publicação em qualquer idioma e lugar e, em especial, o direito de reprodução dos projetos.

11.3 Os concorrentes são responsáveis pela originalidade dos trabalhos inscritos, garantindo a respectiva autoria e assumindo toda res-

ponsabilidade decorrentes de eventuais reclamações de terceiros, no que diz respeito à violação de direitos de propriedade intelectual, ou outros que decorram de lei aplicável.

12 - DO CRONOGRAMA

12.1 A execução da premiação obedecerá ao seguinte cronograma:

12.1.1 Lançamento do Prêmio: 10 de abril de 2025

12.1.2 Período de Inscrições:

Inscrição / Primeira Etapa - 10 de abril a 20 de maio de 2025

Inscrição / Segunda Etapa - 27 de maio a 24 de agosto de 2025

12.1.3 Divulgação dos trabalhos classificados pelas Diretorias Regionais:

10 de setembro de 2025

12.1.4 Divulgação dos 10 finalistas de cada categoria pelas Comissões Técnicas e Julgadoras:

14 de novembro de 2025

12.1.5 Evento de Premiação:

Dezembro de 2025 (data a definir)

12.1.6 O presente cronograma está sujeito a alterações conforme necessidade e a critério da organização.

13 - DAS OMISSÕES DO REGULAMENTO

13.1 Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos por ato do Grupo de Educação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro - GEFE RJ.

Id: 2639775

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 18/03/2025

PROCESSO Nº SEI-E-04/034/100917/2018 - SENDAS DISTRIBUIDORA S.A - diante da existência de convergência entre o Conselho Pleno, que reconheceu a incidência do atraso no pagamento, e a Apresentação Geral da Fazenda, que acolheu a espontaneidade com pagamento intempestivo, **RECONHEÇO** a necessária aplicação do art. 173, inciso II e §4º, do DL nº 05/75.

Id: 2639636

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE DE 08/04/2025

PROCESSO Nº SEI-040002/002728/2024 - LUIZ GUSTAVO ASSUMPCAO XIMENES, Analista da Fazenda Estadual, Id. Funcional nº 4205013-8. **CONCEDO** 03 (três) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no Art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo Art. 129, do Decreto nº 2.479/79, relativa aos períodos base de tempo de serviço apurados de: 25/10/2013 a 23/10/2018.

PROCESSO Nº SEI-E-04/204/188/2019 - MELISSA HARRIS CARELLI, Analista da Fazenda Estadual, Id. Funcional nº 5019007-5. **CONCEDO** 03(três) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no Art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo Art. 129, do Decreto nº 2.479/79, relativa ao período base de tempo de serviço apurados de: 22/11/2018 a 10/12/2023.

PROCESSO Nº SEI-040041/000238/2020 - FABIO ADRIANO ESTEVÃO, Analista da Fazenda Estadual, Id. Funcional nº 5018982-4. **CONCEDO** 03(três) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no Art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo Art. 129, do Decreto nº 2.479/79, relativa ao período base de tempo de serviço apurados de: 24/10/2018 a 22/10/2023.

Id: 2639676

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE TRIBUTAÇÃO

ATO DO SUPERINTENDENTE

PORTARIA SUT Nº 716 DE 09 DE ABRIL DE 2025

DIVULGA A BASE DE CÁLCULO DO ICMS NAS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS COM CAFÉ CRU, NO PERÍODO DE 14 A 20 DE ABRIL DE 2025.

O SUPERINTENDENTE DE TRIBUTAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 37, inciso XII, do Anexo da Resolução SEFAZ nº 414, de 25 de julho de 2022, tendo em vista o disposto na cláusula segunda do Convênio ICMS nº 15/90, de 30 de maio de 1990, e na cláusula primeira do Protocolo ICMS nº 07/90, e o que consta no processo nº SEI-040006/013117/2025,

RESOLVE:

Art. 1º A base de cálculo do ICMS nas operações interestaduais com café cru, para o período de 14 a 20 de abril de 2025, é o valor da saca de 60 (sessenta) quilogramas em dólares dos Estados Unidos da América, conforme a espécie:

I - café arábica: US\$ 444,5000

II - café conillon: US\$ 289,5000

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 09 de abril de 2025

MARCOS SPENCER DE OLIVEIRA MAIA
Superintendente de Tributação

Id: 2639778

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE CADASTRO E INFORMAÇÕES FISCAIS

ATO DO SUPERINTENDENTE

PORTARIA SUCIEF Nº 177 DE 09 DE ABRIL DE 2025

MODIFICA O ANEXO ÚNICO DA PORTARIA SUCIEF Nº 65/19, QUE DIVULGA OS CÓDIGOS VINCULADOS ÀS NORMAS LISTADAS NO MANUAL DE DIFERIMENTO, AMPLIAÇÃO DE PRAZO DE RECOLHIMENTO, SUSPENSÃO E DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, APROVADO PELO DECRETO Nº 27.815/01.

O SUPERINTENDENTE DE CADASTRO E INFORMAÇÕES FISCAIS, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Atualização SUT-MB nº 02/2025 e no Processo SEI-040006/013172/2025;

RESOLVE:

Art. 1º A tabela constante do Anexo Único da Portaria SUCIEF nº 65/19 passa a vigorar com a inclusão do seguinte item:

Código	Descrição	Data início	Data fim	Legislação
RJ801471	Convênio ICMS 56 de 2024 - Isenção	de16/05/2024		Convênio ICMS 56/2024; Lei nº 10.707/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro,09 de abril de 2025

MARCELO BOTTINO RUA
Superintendente de Cadastro e Informações Fiscais

Id: 2639929